



Pauta do dia inclui direitos das domésticas e reforma política



Moreira Manz/Agência Senado

Em regime de urgência, senadores devem votar hoje no Plenário a regulamentação da emenda constitucional que ampliou direitos dos empregados domésticos

O texto que deve ser votado hoje pelos senadores é um substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto original de regulamentação. Entre os direitos dos trabalhadores domésticos que dependem de lei específica, estão a hora

extra remunerada, o FGTS e o seguro-desemprego. Também estão na pauta do Plenário projetos da reforma política, como o que prevê o financiamento exclusivamente público das campanhas eleitorais e o que proíbe doações feitas diretamente aos candidatos. **3**

Renan conduz a sessão em que o Congresso promulgou a PEC das Domésticas, em 2013: direitos esperam regulamentação

Senado elimina uso de papel na administração

Desde ontem, os novos processos administrativos da Casa serão feitos somente por meio digital. Os antigos terão a tramitação em papel encerrada, preservando o meio físico apenas para consultas. A continuidade deles será pelo sistema eletrônico. O Senado deverá eco-



Diretora-geral, Ilana Trombka anuncia modernização de processo

nomizar cerca de R\$ 2 milhões por ano, gastos com mais de 3 milhões de folhas usadas para despachos internos, impressão e outros insumos. **2**

Genaldio Magela/Agência Senado



Jefferson Rudy/Agência Senado

Alunos e professores do Vozes da Paz, projeto de mediação de conflitos na escola

Combate ao bullying ganha reforço com projeto de lei

Programa de Combate à Violência Sistemática integra texto da Câmara, aprovado pelo Senado recentemente. Promoção da cultura de paz nas escolas também é forma de prevenir problema. **4 e 5**

Comissão promove debate interativo sobre aborto **8**

Homenagem a Jango reforça pedidos para obra de memorial **8**

Produtor rural apoia MP que dispensa veículo agrícola de ter placa **7**

Congresso se reúne hoje para decidir sobre vetos de Dilma ao CPC **3**

Comunicação do Senado

É fácil se informar

Os veículos de comunicação do Senado cobrem as atividades da Casa, com a transmissão integral das sessões deliberativas e dos debates das comissões, além das notícias diárias. Juntos, **Jornal, TV, Rádio e Agência Senado** oferecem um jornalismo de qualidade, aproximando o cidadão do Parlamento.

Acesse: www.senado.leg.br/noticias

Senado + transparente.
A informação ao seu encontro.



Desde ontem, todos os processos administrativos são feitos por meio digital. Medida deve trazer economia de cerca de R\$ 2 milhões anuais, estimativa do gasto com papel, impressão e insumos



Para novo sistema, foram treinados 1,5 mil servidores e expedidas mais de 4 mil assinaturas digitais até agora

Senado reduz burocracia com processo eletrônico

A IMAGEM DE mesa cheia de papéis e carimbos — geralmente associada à burocracia no serviço público — não corresponde mais à realidade do Senado. Ontem, a Casa deu mais um passo na modernização de procedimentos internos com a implantação do processo eletrônico. Agora, toda a produção, tramitação e gestão de documentos é feita em meio digital, acabando com o uso de papel.

A medida deverá trazer economia de cerca de R\$ 2 milhões por ano, valor gasto com mais de 3 milhões de folhas de papel usadas anualmente em despachos internos, com impressão e outros insumos.

Os departamentos envolvidos na implantação do processo eletrônico estão atuando em esquema especial de atendimento aos servidores. Equipes de assistência ao público por telefone ou por e-mail foram reforçadas. Servidores também circulam pelo Senado para tirar dúvidas e dar orientações.

— Agora, não se coloca mais uma folha de papel em qualquer processo administrativo no Senado. Estamos trabalhando dentro do planejado.

A própria Diretoria-Geral encerrou todos os seus volumes na quinta-feira. Estamos 100% dentro do processo eletrônico — afirmou a diretora-geral, Ilana Trombka.

A implantação do sistema teve início em abril de 2012. Em agosto de 2013, ele foi adotado para a tramitação dos processos. Na atual etapa, os novos processos serão inteiramente digitais. Os antigos terão a tramitação em papel encerrada e passarão para o meio digital, mantendo-se o meio físico apenas para consultas. A troca do papel pelo meio digital exigiu que servidores efetivos e comissionados obtivessem uma assinatura eletrônica para as certificações do fluxo de documentos. Até a semana passada, mais de 4 mil assinaturas digitais haviam sido liberadas. Também foram capacitados mais de 1,5 mil servidores em cursos presenciais e a distância. Essa modalidade estará disponível para sanar dúvidas sobre o processo eletrônico.

Além de reduzir gastos, o sistema vai encurtar tempo e simplificar a burocracia. O andamento de cada processo

será instantâneo a cada etapa cumprida na tramitação. Também será possível o acesso simultâneo em diferentes setores, facilitando análises e despachos. Será possível acessar processos de fora do Senado, por meio da internet. Outro benefício do sistema, segundo Ilana, é a segurança da informação e a transparência na tramitação dos documentos.

— Se alguém modificar alguma coisa dentro do processo eletrônico, isso aparece no processo — disse.

Sem custos

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) e outros órgãos da administração pública já adotaram o sistema. O diferencial do Senado, conforme Ilana, é ter feito essa transição sem gastar nenhum centavo.

— Nós fizemos com nossos recursos internos. É o que o presidente [Renan Calheiros] diz sempre: fazer mais com menos — assinalou a diretora-geral.

Com o fim do consumo de papel nos processos administrativos, o Senado adota postura mais sustentável, eficiente e controlada, segundo ela.

Servidores aprovam modernização de procedimentos

O processo eletrônico passou a integrar a rotina dos servidores do Senado desde ontem. Com ele, toda a documentação interna produzida na Casa passa a ser digital. Servidores que já utilizaram o sistema aprovaram e enumeram benefícios que poderão ser percebidos ao longo do tempo.

Inaiara Golob, chefe do gabinete administrativo da Gestão de Informação e Documentação, foi uma das primeiras a pôr em prática o que aprendeu nos treinamentos para gerar e tramitar despacho eletrônico. Apesar das dúvidas iniciais,

ela acredita que não necessitará de muito tempo para se adaptar ao novo sistema. Se esquecer o que aprendeu durante o curso, basta recorrer aos vídeos explicativos disponíveis na intranet. Para ela, o novo sistema reduzirá gastos e tempo.

Outro exemplo é a simplificação com os atestados médicos. Segundo o técnico legislativo Jonilson da Silva, nessa fase de transição há dificuldades, como o cuidado dos médicos com o sigilo das informações. No entanto, ele destaca que o sistema vai

melhorar muito o trabalho do setor. Rolf Regehr, do Escritório de Governança e Gestão Estratégica, foi o primeiro a usar o processo eletrônico na apresentação do atestado médico. Para ele, a experiência foi tranquila e rápida.

— Preenchi o formulário, incluí o documento e encaminhei para a junta médica. Com o sistema, temos praticidade e facilidade para criar documentos. Não foi preciso imprimir, numerar, assinar e incluir no processo físico. A novidade está aprovadíssima — resumiu Regehr.

150 anos do Marechal Rondon são lembrados em sessão solene

O Congresso realiza hoje sessão solene para comemorar os 150 anos de nascimento de Cândido Mariano da Silva Rondon, mais conhecido como Marechal Rondon, militar e sertanista que desbravou as Regiões Centro-Oeste e Norte nos séculos 19 e 20. Por causa das expedições que comandou, passou a ser habitada a região onde está situado o estado de Rondônia, assim denominado em sua homenagem.

Rondon nasceu no distrito de Mimoso, em Mato Grosso, no dia 5 de maio de 1865. Descendente, por parte de mãe, dos índios terenas e bororos, e por parte de pai, dos índios guanás, ficou órfão e foi criado pelo avô. Mudou-se para o Rio de Janeiro e ingressou na Escola Militar.

Depois de se formar bacharel em ciências físicas e naturais e tornar-se tenente, em 1890, foi transferido para o setor do Exército que implantava linhas telegráficas por todo o país.

Já como major do Corpo de Engenheiros Militares, em 1907, foi nomeado chefe da comissão que deveria construir a linha telegráfica de Cuiabá a Santo Antônio do Madeira, atual Porto Velho. A Comissão Rondon teve seus trabalhos realizados entre 1907 e 1915.

Rondon dedicou a vida a promover a colonização do interior do país, pacificando e tratando os índios. Criou a Funai e também propôs a criação do Parque Indígena do Xingu. Morreu em 1958, no Rio de Janeiro, com quase 93 anos.

Prorrogada MP que reajusta tabela do Imposto de Renda

A Medida Provisória (MP) 670/2015, que reajusta a tabela do Imposto de Renda, teve a vigência prorrogada por mais 60 dias. O anúncio foi publicado ontem no *Diário Oficial da União*.

Fruto de negociações entre o governo e o Congresso, a MP 670 promove uma correção escalonada das faixas salariais da tabela do imposto. O reajuste é de 6,5% para as duas primeiras faixas, 5,5% para a terceira,

5% para a quarta e 4,5% para a quinta e última. A renda mensal máxima para isenção passa a ser de R\$ 1.903,98.

Editada em março, a MP estava a ponto de perder a validade. De acordo com a Constituição, a renovação da vigência é automática caso ainda esteja em análise no Congresso. Porém, se ao fim dos próximos dois meses ainda não houver decisão, perderá definitivamente a eficácia.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- PLENÁRIO Trabalho doméstico**
14h Na pauta, substitutivo da Câmara ao PLS 224/2013, sobre trabalho doméstico.
- CONGRESSO Cândido Rondon**
9h Sessão solene comemora 150 anos de nascimento do Marechal Cândido Rondon. Às 19h, apreciação de vetos.
- PRESIDÊNCIA Análise de vetos**
9h Participa de homenagem ao Marechal Cândido Rondon em sessão do Congresso. Às 11h, recebe os presidentes das comissões do Senado. Às 16h, ordem do dia. Às 19h, Congresso examina vetos.
- CCT Equipamentos para TV digital**
9h Discussão de projeto de lei sobre incentivos às indústrias de equipamentos para TV digital e de componentes eletrônicos semicondutores.
- CDH Interrupção de gravidez**
9h Audiência sobre interrupção voluntária da gravidez pelo SUS, nas 12 primeiras semanas de gestação.
- CMA Cancelamento de serviços**
9h A comissão analisa texto que dá aos usuários de telecomunicações o direito de cancelar serviço por telefone e internet.

- CAE Cardápio em braile**
10h Na pauta, projeto que obriga restaurantes a terem cardápio em braile.
- CE Jornalismo e literatura**
11h A comissão se reúne para debater, entre outros itens, a instituição de honrarias nas áreas de jornalismo e literatura.
- CMO Relatorias**
12h A comissão define relatorias. Às 14h, eleição dos membros restantes.
- MP 671/2015 Profut**
14h Audiência sobre o Profut, que estabelece responsabilidade fiscal no futebol.
- CPI DO HSBC Presidente do HSBC**
14h30 Audiência com o presidente do HSBC Brasil, André Guilherme Brandão.
- CCAI Segurança Institucional**
14h30 A comissão ouve o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, general José Elito.
- MP 664/2014 Pensão por morte**
14h30 Análise da MP 664/2014, que muda a concessão da pensão por morte.
- MP 663/2014 Verbas para o BNDES**
15h Comissão analisa a MP que aumenta o limite de repasse da União ao BNDES.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Projeto de lei que regulamenta novos direitos dos empregados domésticos aguarda regulamentação desde 2013

Pauta inclui ampliação dos direitos das domésticas

Plenário deve votar hoje em regime de urgência a regulamentação dos direitos dos trabalhadores domésticos. Senadores também poderão decidir sobre projeto que trata da arbitragem

O PLENÁRIO DEVE votar hoje em regime de urgência o substitutivo da Câmara (SCD 5/2015) ao projeto de lei de regulamentação da Emenda Constitucional (EC) 72/2013, que concedeu mais direitos aos trabalhadores domésticos.

De acordo com o texto aprovado na Câmara — que aguarda parecer da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a ser proferido em Plenário —, a remuneração da hora extra do trabalhador doméstico será, no mínimo, 50% superior ao valor da hora normal. Havendo acordo, a empregada poderá trabalhar duas horas a mais por dia. A hora trabalhada a mais poderá ser compensada com folgas ou redução de jornada, se patrão e empregada concordarem. O pagamento deve acontecer em até três meses. Se não ocorrer, o empregador terá de pagar o valor da hora adicional mais 50%.

Eunício Oliveira (PMDB-CE) defendeu a votação impreterível do projeto, para acabar com as idas e vindas da matéria entre o Senado e a Câmara:

— Não podemos ficar nesse

pingue-pongue, vai para lá, vem para cá. Vamos analisar o projeto, emendas. O que não pode é ficar na gaveta um projeto importante como esse, que regulamenta a atividade das domésticas, que trata do percentual que vai ser cobrado das famílias de classe média que precisam ter uma pessoa para trabalhar nas suas casas. E é um projeto que legaliza a situação, hoje muito precária, do empregado doméstico.

Arbitragem

Também devem ser votadas pelo Plenário as mudanças aprovadas pelos deputados no PLS 406/2013, que amplia o campo de aplicação da arbitragem (método extrajudicial de solução de conflitos). Entre elas, está a inserção de um dispositivo que exige regulamentação prévia para a adoção do método nos contratos públicos.

O texto é fruto do trabalho de comissão de juristas presidida pelo ministro Luis Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Como a proposta tramita em caráter conclusivo e recebeu emendas na Câmara,

passará por nova análise do Senado.

Também podem ser votados projetos relacionados à reforma política: o PLS 268/2011, que prevê o financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais; o PLS 601/2011, que obriga candidatos e partidos a divulgar na internet relatórios referentes a recursos arrecadados e gastos na campanha eleitoral; e o PLS 60/2012, que impede doações diretamente aos candidatos.

Pode ainda ser votada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 33/2014, que insere a segurança pública entre as competências comuns da União, dos estados e dos municípios.

Consta da pauta o requerimento do líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), de uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para investigar a existência de irregularidades em operações entre o banco, empresas privadas e governos estrangeiros, em reação à crise global de 2008.

Comissão analisa regras previdenciárias

A comissão mista da MP 664/2014, que estabelece novas regras para concessão de auxílio-doença e pensão por morte, reúne-se hoje para votar o relatório apresentado na semana passada pelo deputado Carlos Zarattini (PT-SP). A votação na comissão mista foi adiada devido a um pedido de vista coletiva. O parecer traz diversas modificações em relação ao texto do governo.

A principal novidade é a redução (de 24 para 18 meses) do prazo mínimo de contribuição para que a pensão por morte seja concedida para o cônjuge ou companheiro — a Lei de Benefícios da Previdência Social (Lei 8.213/1991), alterada pela

MP, não estabelecia tempo de carência. A medida também exige um tempo mínimo de dois anos de casamento ou união estável, que foi mantido pelo relator — outra regra que não existia na lei.

De acordo com o texto do deputado, se o segurado morrer antes de completar as 18 contribuições ou se o casamento tiver menos de dois anos, o parceiro terá direito a quatro meses de pensão. Esse dispositivo também não constava no texto original.

Outro ponto importante do relatório foi a exclusão das regras que previam uma cota familiar para o valor da pensão. Pelo texto da MP, a pensão

equivale a 50% do benefício do segurado que morreu, mais 10% por dependente até o máximo de 100%.

Para Zarattini, essa regra traria pouca economia para o governo, devido ao baixo valor médio das pensões pagas pelo INSS, mas teria grande impacto na vida dos pensionistas. “Do ponto de vista dos segurados, a perda é significativa e a redução poderá chegar a 40% do benefício”, argumentou.

Zarattini alterou as regras para as faixas etárias que determinam o tempo de duração da pensão. Até 21 anos, por exemplo, o cônjuge tem direito a 3 anos do benefício por morte.

(Da Agência Câmara)

Congresso decide sobre vetos ao CPC e à fusão de partidos

O Congresso se reúne hoje, às 19h, para analisar os vetos presidenciais a três projetos de lei. Um deles, o Veto 5/2015, foi aplicado ao PLS 166/2010, que instituiu o novo Código de Processo Civil (CPC), aprovado em dezembro pelo Senado.

Dos 1.072 artigos do CPC, 3 foram completamente suprimidos. Entre eles, o que previa a conversão de ações individuais em coletivas para dar mais celeridade à Justiça. A alegação é que a medida pode ser adotada de forma pouco criteriosa.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, considera o novo CPC um grande marco na atual legislatura.

— É um documento que reforça as garantias constitucionais do processo, o contraditório, a ampla defesa.

Outro item da pauta é o Veto 6/2015, referente ao projeto que impede a fusão de parti-

dos políticos recém-criados (PLC 4/2015). Aprovado em março, o texto determina um mínimo de cinco anos de existência para que as legendas possam se fundir.

Vetado parcialmente, o objetivo do projeto, que resultou na Lei 13.107/2015, é evitar a criação de legendas para driblar a fidelidade partidária.

A presidente não concordou em estender às legendas formadas após fusão as garantias dadas aos novos partidos, que podem receber detentores de mandatos antes filiados a outros partidos no prazo de 30 dias desde o registro sem que isso acarrete perda do mandato desses novos integrantes.

Os parlamentares também vão analisar o Veto 7/2015, aplicado ao PLC 114/2013, que altera a Política Nacional de Resíduos Sólidos para incluir dispositivo sobre campanhas educativas.

CPI ouve presidente do HSBC sobre correntistas suspeitos

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga depósitos externos de brasileiros no HSBC faz hoje audiência para ouvir o presidente do banco no país, André Guilherme Brandão. O depoimento estava previsto para a semana passada, mas foi adiado a pedido dele. A sessão começa às 14h30.

Brandão deverá falar sobre a participação do banco no escândalo que ficou conhecido como swissleaks, que envolve o vazamento de informações sobre milhares de contas se-

cretas na filial suíça do HSBC.

O episódio envolve depósitos totais de mais de US\$ 100 bilhões, mantidos em agência do HSBC em Genebra por 106 mil clientes de 203 países, referentes aos anos de 2006 e 2007. O Brasil é o nono país com o maior valor depositado (US\$ 7 bilhões) e o quarto maior em número de clientes no HSBC (8.667).

A CPI é presidida por Paulo Rocha (PT-PA) e tem como vice Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). O relator é Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Wellington cobra aprovação de texto sobre empregados

Wellington Fagundes (PR-MT) defendeu a aprovação da regulamentação da chamada Lei das Domésticas.



Wellington Fagundes/Agência Senado

A lei, aprovada há dois anos, garante à categoria 16 direitos trabalhistas, como o seguro-desemprego e o FGTS. Mas, para que possam vigorar, é necessária a regulamentação.

— Essa lei veio dar estabilidade àquelas que fazem parte das famílias brasileiras. A maioria das famílias tem as suas trabalhadoras domésticas, aquelas que estão no dia a dia convivendo, criando os filhos da família. São pessoas de alta confiança dentro do seio familiar — disse.

Para Crivella, projeto de terceirização fere a Constituição

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) criticou a terceirização das atividades das empresas.



Divulgação

Para ele, o PLC 30/2015 torna precárias as relações de trabalho e retira direitos dos trabalhadores “conquistados com muita luta”. Crivella crê que é preciso mudar o projeto de lei da terceirização.

— Podendo terceirizar a atividade-fim e alcançando as agências reguladoras, as fundações e as empresas de economia mista, teremos talvez 80% dos funcionários do Banco do Brasil e de outras empresas semelhantes terceirizados. Isso fere a Constituição.

Projeto conceitua *bullying* e propõe combate à violência nas escolas

A escola vem enfrentando uma nova forma de violência sistemática entre alunos e professores: o *bullying*. O combate e a prevenção ao problema fazem parte de projeto aprovado pelo Senado

Marina Domingos

A palavra inglesa *bullying*, pela primeira vez, recebe uma definição oficial em língua portuguesa: sequência de episódios de violência física ou psicológica, intencionais e repetitivos, praticados em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes, causando prejuízos físicos, morais ou psicológicos às vítimas.

O assunto não é novo, mas voltou a ser debatido no Congresso Nacional a partir da aprovação, em março, do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 68/2013 (5.369/2009, na Casa de origem), que institui o Programa de Combate à Violência Sistemática (*bullying*).

A principal alteração no texto feita pelo Senado foi retirar a palavra "intimidação" e substituí-la por "violência". Roberta Viegas, consultora de direitos humanos da Consultoria Legislativa do Senado (Conleg), lembra que a alteração foi proposital, porque a relatora na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a ex-senadora Ana Rita, considerou na época que as condutas descritas no projeto "extrapolavam a mera intimidação".

O projeto dá ênfase nesta questão da violência, que é muito menos aceitável que a mera intimidação. Ele não tem o caráter penal, ele é realmente um programa educacional, criado para as escolas, para os educadores, mas é mais enfático nas situações descritas, como situações de violência — explica.

A proposta também faz uma categorização sobre os diversos tipos de violência que poderão ser considerados *bullying*, desde verbal e moral até física e sexual.

Conceito

Ao todo, oito itens explicitam os atos que serão considerados violência sistemática. Para a presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Cleuza Repulho, o detalhamento será importante para o trabalho da comunidade escolar.

— Com o projeto, ficou bem mais claro e ficará muito mais fácil para as escolas lidarem com essa questão, já que agora você consegue definir muito bem como é que isso vai ser tratado e, principalmente, quais as consequências — destacou.

Outra prerrogativa do projeto de lei será o envio de relatórios anuais com ocorrências sobre a violência nos estabelecimentos de ensino. Cleuza informa que será um desafio para a Undime, entidade que congrega 5.570 secretários de Educação municipais.

— Não é muito simples, até porque cada um vai entender de alguma forma a questão do *bullying*. Esse registro é importante, mas nós temos que ver o que será feito desses dados: vai ser só uma pesquisa? Nós temos a questão dos professores e a questão das famílias. Como lidar com esse contexto todo? Nas escolas as coisas afloram mais. Vamos conversar com os dirigentes e tirar uma decisão nas audiências públicas — disse.



Alunos e professores fazem parte do Círculo da Paz, com foco na prevenção do *bullying* e outros tipos de conflito, no Centro de Ensino Fundamental 20, em Ceilândia (DF)

O projeto foi enviado de volta à Câmara dos Deputados e está em análise na Comissão de Segurança Pública e Crime Organizado e, logo após, passará pelas Comissões de Educação e de Constituição e Justiça e de Cidadania e pelo Plenário daquela Casa. Se for aprovado,



A juíza Gláucia Foley defende que o diálogo dá lugar à violência nas escolas

ainda deverá ser sancionado pela Presidência da República.

Projeto pedagógico

A titular do Juizado Especial Criminal de Taguatinga, Gláucia Falsarella Foley, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), vê com cautela a discussão do projeto na Comissão de Segurança Pública da Câmara. Para ela, o *bullying* não se trata de um crime passível de punição, mas sim de responsabilização.

— Eu acho que esse projeto, como um programa, um pacote de combate à violência, é muito bom nesse sentido, porque ele é pedagógico, ele traz essa previsão de responsabilização que não passa necessariamente por uma penalização, portanto,

ele não tem nenhum caráter de direito penal. A matéria aqui não é de direito penal, porque não penaliza — frisou.

A juíza, que há 15 anos está à frente do Programa Justiça Comunitária — que atua na democratização do acesso à Justiça no Distrito Federal —, alerta sobre a escolha de um caminho mais fácil para resolver os problemas de conflitos no ambiente escolar.

— Eu tenho muito medo que, por oportunismo político e populismo criminal, a gente transforme algo tão sério que é a violência no ambiente escolar em mera penalização. Porque penalizar é a última das razões que uma sociedade, que um Estado tem para resolver um conflito — argumentou.

Pontos da proposta

- Institui o Programa de Combate à Violência Sistemática.
- Considera violência sistemática a sequência de episódios de violência física ou psicológica, intencionais e repetitivos.
- Conceitua os atos como *bullying* físico, psicológico, moral, verbal, sexual, social, material e virtual.
- Pretende capacitar profissionais da educação, criar campanhas de conscientização e orientar familiares e responsáveis.
- Determina publicação de relatórios anuais de *bullying* em escolas.
- Permite que municípios, estados e o Distrito Federal firmem convênios e parcerias para a implementação do programa.

Alunos reconhecem maus-tratos, porém não identificam como violência sistemática

Uma das questões reveladas pela pesquisa *Bullying Escolar no Brasil*, feita em 2009 pela ONG Plan International, é que, ao serem entrevistados, os alunos não conheciam o termo *bullying*, mas, ao descrever o ato praticado, eles imediatamente o reconheceram como prática de maus-tratos na escola.

Os questionários foram aplicados entre de outubro e dezembro de 2009 em 25 escolas, sendo 20 da rede pública e 5 da rede privada, convidadas a participar da pesquisa com amostras aleatórias de alunos dos 6º, 7º, 8º e 9º anos, nas cinco regiões do país. Ao todo, 5.168 estudantes responderam à pesquisa.

A maioria (69,4%) afirmou não participar dos maus-tra-

tos aos colegas, porém uma parcela considerável (19,1%) disse ter participado de um ou dois episódios de violência, enquanto 10% dos estudantes pesquisados revelaram praticar o *bullying*.

O gerente de Estratégia de Programas da Plan International no Brasil, Gabriel Barbosa, explica que, muitas vezes, a prática de certos atos não era percebida pelos alunos como sendo uma violência sistemática e a pesquisa acabou jogando luz sobre o problema. Ele também ressaltou que identificar o *bullying* foi uma questão importante para implementar os projetos da ONG, que esbarra na dificuldade de entender o porquê de certos alunos evitarem o ambiente escolar e

até desistirem dos estudos.

— Nós escutávamos muito os professores e os alunos que falavam desse problema, de sofrerem violência, muitos tinham medo de frequentar a escola, porque havia colegas que praticavam *bullying* — relatou.

Ainda de acordo com a pesquisa, os casos de violência sistemática mais frequentes foram os de agressão verbal, por meio de xingamentos, apelidos pejorativos, insultos e ameaças. Para os professores pesquisados, o problema não é notado pelos alunos como inadequado e que pode gerar situações de violência.

— A percepção que os alunos tinham, os professores tinham

era de que isso (agressão verbal) não era *bullying*. E quando você consegue caracterizar como uma violência, então chama a atenção para um problema, que não havia sido identificado — informou.

Barbosa também contou que a pesquisa rendeu frutos e destacou a iniciativa do governo do estado do Maranhão de aprovar uma lei (Lei 9.297, de 17 de novembro de 2010) na qual recomenda às instituições de ensino públicas e particulares incluírem em seus projetos pedagógicos medidas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao *bullying* escolar.

— A gente aprovou em nível estadual, mas também nos municípios. Em Codó, interior do

Maranhão, a gente conseguiu aprovar uma lei municipal e tem trabalhos brilhantes de escolas que diminuíram muito a incidência do *bullying*, gerando bons indicadores, como a queda no número de alunos suspensos por mau comportamento — comemorou.



Aluno do Programa Educar para a Paz, da ONG Plan International, no Maranhão

Pesquisa *Bullying* Escolar no Brasil

FREQÜÊNCIA DOS MAUS-TRATOS					
	1-2 vezes	3-6 vezes	uma vez por semana	várias vezes por semana	todos os dias
Não maltratei	69,4%	19,1%	3,8%	1,6%	2,7%

MANIFESTAÇÕES DE MAUS-TRATOS	
Não fui maltratado na escola em 2009	42,8%
Xingaram-me	9,8%
Colocaram apelidos vexatórios em mim	5,7%
Ameaçaram-me	4,8%
Disseram coisas maldosas sobre mim ou sobre minha família	4,7%
Insultaram-me por causa de alguma característica física	4,5%
Deram-me socos, pontapés ou empurrões	3,8%
Deram risadas e apontaram para mim	3,7%
Fizeram com que os outros não gostassem de mim	3,4%
Inventaram que peguei coisas dos colegas	2,2%
Puxaram meu cabelo ou me arranharam	2,0%
Não me deixaram fazer parte do grupo de colegas	1,9%
Estragaram minhas coisas	1,7%
Ignoraram-me completamente, me deram "gelo"	1,5%
Insultaram-me por causa da minha cor ou raça	1,5%
Pegaram sem consentimento meu dinheiro ou minhas coisas	1,1%
Fizeram brincadeiras por causa do meu sotaque	0,8%
Encurralaram-me contra a parede	0,7%
Forçaram-me a agredir outro colega	0,7%
Humilharam-me por causa da minha orientação sexual	0,7%
Perseguram-me dentro ou fora da escola	0,7%
Assediaram-me sexualmente	0,6%
Fui obrigado a entregar dinheiro ou minhas coisas	0,5%
Abusaram sexualmente de mim	0,2%

Fonte: Fundação Instituto de Administração - FIA

Jefferson Roldy/Agência Senado

Cultura de paz é alternativa para prevenir problema

O toque de Beethoven no sinal do intervalo da escola ecoa ao longe, os alunos entram e saem das salas em movimento frenético e barulhento. Esse é um dia rotineiro no Centro de Ensino Fundamental 20, em Ceilândia.

— Aqui a campanha não toca como em outras escolas, os alunos escolheram democraticamente qual música queriam ouvir nos intervalos e no recreio. Foi feita uma eleição — informa orgulhosa a coordenadora pedagógica, Robervânia Teixeira.

O inusitado toque dá o tom ao visitante de que aquela é uma escola diferente. Mesmo numa das regiões mais pobres do Distrito Federal, o CEF 20, como é mais conhecido, tem mostrado que é possível promover uma cultura de paz.

— Quando eu cheguei aqui, em 2002, esta escola era vista como um segundo Cajé (antigo Centro de Atendimento Juvenil Especializado para cumprimento de medidas socioeducativas por menores infratores). Tínhamos policiamento 24 horas. A gente via dentro da escola um ambiente de medo. Os professores estavam com medo, os alunos estavam com medo, porque a gente tinha gângues, tinha um ambiente muito conflituoso dentro da escola. Então a gente começou a ter ações contrárias à violência e foi aí que a gente foi vencendo — lembra.

A Justiça Comunitária do TJDFT está contribuindo para diminuir os conflitos entre alunos, professores e a comunidade na escola. Uma parceria com a regional de ensino implantou o projeto-piloto Vozes da Paz, um grupo coordenado de

professores e alunos no Círculo da Paz, na busca da resolução de conflitos, sem a necessidade de judicializar as questões.

— A gente trabalha com os princípios da mediação e, a partir desses princípios, que são o diálogo, os valores da comunicação não violenta, da responsabilidade e do respeito, a gente busca que as pessoas possam lidar com seus conflitos de uma maneira construtiva, de uma maneira positiva — explica Rogério Gonçalves, analista judiciário responsável pelo projeto na escola.

Círculo da Paz

A professora de teatro Glaucilene Soares conta que foi aluna da escola na época em que a violência ainda dominava o ambiente.

— Eu era aluna quando era considerada uma escola-Cajé. Era professor levando soco na cara, polícia no portão... A gente aparecia no jornal, mas aparecia de uma forma agressiva, violenta. Conforme a escola foi evoluindo, eu, enquanto aluna, também fui evoluindo — relembra.

Ela conta que o projeto envolveu os alunos em busca da resolução dos conflitos antes que gerem a violência.

— A escola me escolheu para ser a aluna que fosse falar da paz, que fosse mediar conflitos e agora, em 2015, eu tenho muito orgulho em falar da escola da qual eu fui aluna e, hoje em dia, eu trabalho nela de uma forma positiva — revela.

A juíza Gláucia Foley, coordenadora do Justiça Comunitária, informa que o projeto foi im-

plantado como piloto em duas escolas, inicialmente no Centro de Ensino Fundamental 35, também em Ceilândia, no final de 2012 e, em 2014, no CEF 20.

Paz sem voz é medo

Ela explica que a violência, como todo conflito, acontece de uma necessidade que não é satisfeita e, muitas vezes, é preciso apenas dar voz aos insatisfeitos para que o processo de paz ocorra.

— A primeira premissa que nós adotamos no Vozes da Paz é que a violência escolar está disseminada em todos os segmentos escolares. Há uma tendência muito preconceituosa de estigmatizar o jovem como o problema, a fonte da violência. Em geral, a violência nas escolas acontece nos silêncios que são impostos, muitas vezes, aos alunos ditos problemáticos, que não têm voz — destacou.

Rogério Gonçalves informa que no Círculo da Paz os adolescentes aprendem a dialogar para lidar com as situações de conflito.

— Para promover a paz, não quer dizer que o ambiente não

tenha mais conflitos. A gente acredita que existem os conflitos. O que muda, na verdade, é a forma de como lidar com esses conflitos. Agora as pessoas têm um espaço para dialogar, para conversar e tomarem decisões — explica.

Vinícius Nogueira, 13 anos, participa do projeto e mostra que aprendeu a lição:

— A gente tem que trabalhar o mental. Quando ocorre uma briga a gente pode tentar separar e aquela pessoa pode xingar a gente, falar palavras que não são boas. A gente tem que preparar o mental para saber que aquilo não vai atingir a gente, não vai surtir efeito. Que a pessoa está falando bobeira, besteira, porque está com raiva — analisa.

Outro aluno, Yan Carlos Nobre dá dicas de como reagir às brigas no ambiente escolar:

— No projeto, a gente aprende a combater as brigas e os conflitos. Acho importante saber como se portar numa briga. Nem tudo é violência. O diálogo é a maior briga, porque eu estou confrontando o mental e isso é mais que "porrada" — constata.



Convivência no ambiente escolar melhorou após participação em programa da Justiça

Alunos falam sobre a experiência no Círculo da Paz

- Elaine Rodrigues, 14 anos, 8º ano "É importante participar. A gente pode ajudar as pessoas em conflito, melhora dentro de casa."
- Michaely Monic, 14 anos, 8º ano "Muitas pessoas dão palpite, mas eu sei que vai valer a pena."
- Vinícius Nogueira, 13 anos, 8º ano "Eu posso dar minha opinião e conseguir melhorar a escola, tentando impedir as brigas."
- Melissa Gomes, 13 anos, 8º ano "Como todos têm uma opinião, eu também acho que a minha pode ajudar em alguma coisa."
- Sarah Sardeiro, 14 anos, 9º ano "Está sendo muito bom, acho que pra todo mundo."
- Athyrson Yuri, 14 anos, 9º ano "Eu era de encrenca, eu brigava demais, eu melhorei depois que entrei no projeto. Ajudou bastante."
- Camilla Teixeira, 14 anos, 9º ano "Eu me identifiquei muito nele, com isso eu posso melhorar meu jeito de separar os conflitos."
- Yan Carlos Nobre, 15 anos, 9º ano "Fui chamado e aproveitei a oportunidade. Posso melhorar a escola e implantar a paz."

Saiba mais

Leia na íntegra o texto do substitutivo ao PL 68/2013: <http://bit.ly/PL68de2013>

Acesse os dados completos da pesquisa sobre o *bullying*: <http://bit.ly/pesquisaBullying>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Em pauta, a MP que amplia benefícios do BNDES

Banco de fomento poderá ter R\$ 50 bilhões a mais para conceder benefícios a juros baixos para estatais. Prioridade são projetos de engenharia e inovação na indústria

A COMISSÃO MISTA que analisa a Medida Provisória 663/2014 se reúne hoje, às 15h, para discutir o relatório do texto. A MP aumenta em R\$ 50 bilhões o limite de recursos relativo à subvenção econômica repassada pela União ao BNDES e à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Com o novo teto, os benefícios concedidos com baixas taxas de juros às estatais passam a totalizar R\$ 452 bilhões no período de novembro de 2009 a dezembro de 2015. Os incen-

tivos financeiros ao BNDES e à Finep foram instituídos pela Lei 12.096/2009 para conter a estagnação da renda e do emprego no cenário da crise econômica de 2008. O limite inicial previsto na lei era de R\$ 402 bilhões.

Segundo o governo, o reajuste de R\$ 50 bilhões vai auxiliar o BNDES a atender a demanda pelo aumento da competitividade da indústria. Um dos objetivos é a modernização do parque industrial a partir de investimentos em projetos

de engenharia e de inovação tecnológica, voltados à produção crescente e sustentável de bens de capital. Segundo o banco, foram gastos cerca de R\$ 378 bilhões do limite fixado por lei entre 2009 e 2014.

O relatório de Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ainda não está disponível. Após análise da comissão mista, a MP 663, que já recebeu 48 emendas, seguirá para votação nos Plenários da Câmara e do Senado.

(Com informações da Agência Câmara)



Senador Ataídes Oliveira é o relator da proposta, que já recebeu 48 emendas

Proposta regula aplicação de verba pública em publicidade

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) deve votar hoje o projeto de lei que estabelece diretrizes para a aplicação de recursos públicos em publicidade (PLS 178/2013).

O autor do projeto, o então senador Inácio Arruda, afirma que o objetivo é desconcentrar a aplicação dos recursos públicos com publicidade.

Para isso, o texto altera a Lei 12.232/2010, que fixa normas sobre licitações e contratações pela administração pública de serviços de publicidade. A

mudança abrangerá a administração direta e indireta da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

“Tomando como base dados da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, apenas dez grupos de comunicação concentraram 70% dos recursos disponibilizados pela secretaria entre janeiro de 2011 e julho de 2012, de um total distribuído a mais de 3 mil veículos de comunicação. Portanto, é grande a concentração e só uma intervenção

legal poderá quebrar o ciclo vicioso, vez que a adoção única do critério da audiência protege os poderosos e condena os pequenos, gerando distorções no nosso sistema de comunicação”, justifica o autor do projeto.

A proposta acrescenta um parágrafo na lei com novas diretrizes para a aplicação de recursos em publicidade. Uma das alterações é que pelo menos 40% dos valores para peças publicitárias devem seguir critérios de regionalização,

não podendo ser dirigidos a empresas que controlem, na mesma localidade, mais de um veículo, como emissoras de rádio e de TV e jornais impressos. O objetivo, segundo Inácio Arruda, é evitar a concentração das verbas em empresas que praticam a propriedade cruzada.

No caso do governo federal, a proposta prevê que pelo menos 40% dos valores devem ser dirigidos a empresas nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Além disso, o texto incentiva a contratação de agências de pequeno porte e empreendedores individuais de comunicação.

O relator da proposta, senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), apresentou parecer pela aprovação do projeto com emendas de redação.

Depois da análise da Comissão de Ciência e Tecnologia, o projeto será votado em decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Jucá comemora 15 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal

Romero Jucá (PMDB-RR) lembrou os 15 anos da aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000), que considera um marco da gestão pública brasileira. Na avaliação do senador, a lei estabeleceu os mecanismos de acompanhamento, controle e punição que até então eram “frouxos” na administração da União, dos estados e dos municípios. Para ele, a legislação se mantém atual e “gritantemente necessária” diante da demanda pela boa aplicação do dinheiro público.

— A lei não é uma lei para os números. É uma lei para o povo. É uma lei para o controle social. É uma lei para o funcionamento melhor da saúde, da educação, da segurança, da logística, da mobilidade urbana, da agricultura, da produção — destacou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Eunício alerta sobre má gestão da saúde no Ceará

Eunício Oliveira (PMDB-CE) reclamou que a saúde do Ceará enfrenta um quadro de falência: faltam remédios, leitos e pessoal, cirurgias são canceladas, há longas filas na espera por consultas nas unidades e profissionais trabalham no limite do estresse físico e psicológico.

Para ele, todos os problemas se devem à má gestão, ao descaso e à incompetência, que vêm dos governos anteriores e continuam na administração atual.

— As transferências do Ministério da Saúde para o fundo estadual de saúde chegaram a R\$ 440 milhões, em 2014, e a R\$ 145 milhões, até o momento. Para os fundos municipais foram R\$ 2,2 bilhões no ano passado e R\$ 763 milhões até abril. Na verdade, a crise da saúde pública do Ceará decorre principalmente da má gestão — denunciou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Bezerra defende prevenção de desastres naturais

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) disse que a previsão de desastres naturais provocados pela interferência humana é o melhor remédio na solução desses fenômenos. Para ele, é preciso adotar medidas de proteção às vulnerabilidades de vidas humanas e do patrimônio natural por meio de planejamento na aplicação de investimentos públicos e privados em obras costeiras.

O senador deu como exemplo Pernambuco, onde cerca de 50% do litoral apresenta erosão marinha, com riscos às edificações próximas ao mar.

— A tecnologia e a pesquisa, por meio do monitoramento, e a proposição de soluções técnicas mais adequadas podem sugerir o caminho para um planejamento mais efetivo de forma a atenuar os danos causados — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Medeiros destaca estudos para proteção do Pantanal

José Medeiros (PPS-MT) destacou que estudos da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e de institutos de pesquisa do estado são importantes para o projeto de Blairo Maggi (PR-MT) que cria uma política de gestão e proteção ao bioma Pantanal. Ele explicou que a universidade está promovendo oficinas para dar base jurídica, social e econômica a propostas feitas por uma expedição científica realizada em 2008. Para ele, os estudos científicos são essenciais no desenvolvimento sustentável da região.

— É através de estudos, como esses da UFMT, que vamos conseguir o apoio da população e da comunidade internacional. Mato Grosso, além de produção de grãos, tem um potencial turístico imenso, que o Brasil ainda não conhece — informou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Marina Domingos, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Ruralistas apoiam mudança no registro de máquinas

Representantes da agricultura defendem medida provisória que dispensa emplacamento de tratores para reduzir custos e burocracia, mas policial rodoviário ressalta o número de acidentes com esses veículos

REPRESENTANTES DO GOVERNO e do setor agrícola defenderam ontem a Medida Provisória (MP) 673/2015, que dispensa o emplacamento e o licenciamento de máquinas agrícolas. Eles advertiram, porém, que a criação de um registro único, previsto na MP, não pode ficar atrelada aos departamentos estaduais de Trânsito (Detrans), para evitar cobrança de tributo.

Em audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), Acir Gurgacz (PDT-RO) sugeriu a criação de um setor específico no Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). Hoje o registro de tratores é regido por resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

A MP dispensa de licenciamento e emplacamento, a partir de 1º de janeiro de 2016, os tratores e demais aparelhos de trabalhos agrícolas. O governo acredita que a redução de custos e de procedimentos burocráticos contribuirá para



Comissão de Agricultura ouve interessados para decidir sobre medida provisória

a competitividade. A representante do Ministério da Agricultura, Andrea Parrilla, garantiu que a medida não tem motivação arrecadatória.

O representante da Polícia Rodoviária Federal, Pedro de Souza da Silva, disse que a falta de registro prejudica a cobrança de autos de infração. Em 2013, disse, foram registrados 221 acidentes com esses equipamentos no Brasil, com 28 feridos e 9 mortos.

Para o coordenador de Assuntos Estratégicos da Confederação da Agricultura

e Pecuária do Brasil (CNA), Anaximandro Almeida, a dispensa de emplacamento não exclui cuidados na condução. O Código de Trânsito Brasileiro obriga o registro e o licenciamento de veículos automotores de trabalhos agrícolas, desde que facultado o trânsito em via pública.

A partir das resoluções do Contran, disse o representante da Organização das Cooperativas Brasileiras, Paulo César do Nascimento, o governo passou a compreender o efeito dos custos de emplacamento.

Planalto prorroga adesão a Cadastro Ambiental Rural

Os donos de terras agrícolas terão mais um ano para aderir à regularização das propriedades. Ontem o governo estendeu até o início de maio de 2016 o prazo para a inclusão dos imóveis no Cadastro Ambiental Rural (CAR). O prazo terminaria hoje, mas o governo recebeu 48 pedidos de prorrogação, vindos de órgãos como secretarias estaduais e municipais.

Na quinta-feira, senadores da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) também pediram a extensão do prazo. A presidente da CRA, Ana Amélia (PP-RS), além de Acir Gurgacz (PDT-RO), Waldemir Moka (PMDB-MS) e Donizeti Nogueira (PT-TO), destacaram a importância da prorrogação.

As inscrições são condições necessárias para que os imóveis façam parte do Programa de Regularização Ambiental (PRA), que inicia o processo de recuperação ambiental.

Paulo Rocha diz que atendeu governo e trabalhadores

Paulo Rocha (PT-PA) disse que as mudanças por ele propostas à MP 665/2014, que altera o seguro-desemprego, o abono salarial e o seguro-defeso, visam, ao mesmo tempo, garantir os direitos do trabalhador e atender a necessidade de ajuste fiscal. Uma das propostas permite ao trabalhador pedir o seguro-desemprego, pela primeira vez, a partir de 12 meses de trabalho; o segundo pedido pode ser feito a partir de 9 meses; e o terceiro, de 6 meses. Aprovadas na comissão que analisa a MP, as mudanças vão, agora, ao Plenário.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Agripino destaca lei que moralizou gestão pública

José Agripino (DEM-RN) destacou ontem os 15 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele disse que a



Waldemir Barreto/Agência Senado

lei representou a moralização e normatização da gestão pública, citando como mudanças positivas, entre outras, o limite de gastos com pessoal, o aumento da transparência e a proibição de deixar dívida para sucessores.

— Antes da lei, podia-se chegar a limites inimagináveis de comprometimento da receita com pagamento de pessoal e deixar a população entregue à inexistência de recursos para educação, saúde, infraestrutura.

Texto proíbe BNDES de financiar obra no exterior

O senador Reguffe (PDT-DF) anunciou a apresentação de projeto que proíbe o BNDES de financiar empreendimentos no exterior. Ele lembrou que, em dois anos, o banco financiou obras em Angola, Venezuela, Bolívia, Cuba, Benin e Gana. O parlamentar criticou os valores elevados dos empréstimos.

— Eu defendo que o dinheiro público neste país seja aplicado de forma precípua na educação, na saúde e na segurança pública. Agora, se for aplicar em outra área, que seja aplicado aqui, e não lá fora — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Comissão mista da MP do Futebol começa série de audiências públicas

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 671/2015 (MP do Futebol) fará hoje uma audiência pública com estudiosos que debaterão o futuro do esporte no Brasil. Amanhã a comissão receberá representantes de entidades de classe. Serão as primeiras de seis audiências para embasar o parecer da comissão.

Os convidados de hoje são José Luiz Portella, coordenador do grupo de trabalho que criou o Estatuto do Torcedor; Walter de Mattos Júnior, presidente do jornal *Lance!*; Pedro Trengrouse, advogado especialista em legislação esportiva; e Amir Somoggi, consultor de gestão esportiva.

Amanhã estarão presentes o presidente do Sindicato dos Atletas Profissionais de Futebol do Rio de Janeiro, Alfredo Sampaio, e o presidente da

Federação Nacional dos Atletas Profissionais de Futebol, Rinaldo José Martorelli. A comissão também convidou o Bom Senso Futebol Clube, um movimento fundado por jogadores, e a Associação Nacional dos Árbitros de Futebol.

A MP do Futebol institui o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut). Trata-se de um programa de refinanciamento das dívidas fiscais dos clubes.

ACOMPANHE E PARTICIPE

HOJE, às 14h

- ▶ **Envie sua pergunta ou sugestão:**
 - <http://bit.ly/audienciainterativa>
 - Alô Senado: 0800 612211
- ▶ **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)
- ▶ **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV

Projeto assegura rateio do direito de arena com os atletas profissionais

Na tentativa de dar mais transparência aos eventos esportivos e assegurar o rateio do chamado direito de arena com os atletas profissionais, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) examina hoje o Projeto de Lei do Senado 134/2014. A proposta obriga as entidades de prática desportiva a divulgar, no prazo de até 48 horas após a realização do evento, a lista completa de todos os atletas participantes do espetáculo, sejam titulares ou suplentes.

O direito de arena é um benefício previsto na Lei Pelé (Lei 9.615/1998), que paga a cada jogador participante de espetáculo 1/18 dos 5% da receita proveniente da exploração dos direitos desportivos audiovisuais. A intenção do ex-senador Alfredo Nascimento, autor da proposta, é assegurar

que todos que tenham direito recebam efetivamente o benefício.

A matéria recebeu parecer favorável do relator, senador Roberto Rocha (PSB-MA). Como tramita em decisão terminativa na CE, o PLS, caso seja aprovado, seguirá direto para a Câmara dos Deputados, a não ser em caso de recurso para votação em Plenário.

Assiduidade

Também estão na pauta o PLS 95/2013, do ex-senador Vital do Rêgo, que inclui assiduidade e uso de práticas pedagógicas inovadoras entre os critérios para progressão dos professores; e o PLS 17/2014, do ex-senador Gim, que inclui a capoeira no ensino das escolas de educação básica. As duas propostas receberão análise final na comissão.

Comissão quer avaliar Mais Médicos, Postalis e manobra fiscal

Continuam na pauta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) requerimentos de convocação de ministros e realização de audiências públicas para explicar denúncias contra programas e ações do governo. O Mais Médicos, o fundo de pensão dos trabalhadores dos Correios

(Postalis) e manobras fiscais do governo estão entre os temas. A reunião da CMA é às 9h de hoje.

Um dos requerimentos, de Ronaldo Caiado (DEM-GO), pede que o ministro da Saúde, Arthur Chioro, explique conclusão do Tribunal de Contas da União (TCU) de que, em muitas cidades, a oferta de médicos diminuiu. Outro re-

querimento do senador pede a convocação de Chioro e do ex-ministro da Saúde Alexandre Padilha para explicar denúncia veiculada pela imprensa de que o programa foi montado para financiar a ditadura cubana.

Há ainda requerimento de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) para que o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, e o presi-

dente do TCU, Aroldo Cedraz, deem explicações sobre as manobras fiscais do governo conhecidas como “pedaladas”.

O Postalis é tema de dois requerimentos. Caiado quer ouvir o ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, sobre suposto rombo de R\$ 5,6 bilhões. Outro requerimento, de Flexa, pede audiência pública.

Defesa de memorial marca homenagem a Jango

Familiares, representantes do PDT e parlamentares de outros partidos protestaram contra as resistências à construção, em Brasília, de espaço dedicado ao ex-presidente

A SESSÃO DE homenagem do Congresso a João Goulart, ocorrida ontem no Plenário do Senado, transformou-se em palco de protestos contra a resistência à construção de memorial em Brasília dedicado ao ex-presidente da República, deposto pelo golpe militar de 1964.

Presentes à sessão, o presidente do Instituto João Goulart e filho do homenageado, João Vicente Goulart, e o presidente nacional do Partido Democrático Trabalhista (PDT), Carlos Lupi, avaliam que há uma manobra para impor uma nova cassação a Jango.

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) está investigando o processo de cessão do terreno para a obra, do governo do Distrito Federal (GDF) para o Instituto João Goulart.

— Após esta Casa devolver o mandato [a João Goulart] cassado pelo arbítrio, 50 anos depois, muitos covardes que-

rem ressuscitar o golpe de 64 e, travestindo-se de progressistas, cassar Jango novamente ao impedir uma simples cessão de uso de área para construção do Memorial Liberdade e Democracia — protestou João Vicente.

Lupi disse que não aceitará que se impeça a construção do monumento.

— Não acredito que o Ministério Público não reconheça a importância de Jango. Será por inveja, ciúme, despeito ou saudades da ditadura militar?

Em meio ao protesto, João Vicente Goulart agradeceu a parlamentares, como o deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ), o deputado distrital do DF Geraldo Magela (PT) e o senador Acir Gurgacz (PDT-RO), que se comprometeram a destinar emendas ao Orçamento da União e ao do GDF para viabilizar o memorial.

— O Brasil precisa desse memorial. Essa é a nossa história



Acir Gurgacz (3º à esq.) se comprometeu a destinar emenda ao Orçamento da União para a realização da obra

e vida — afirmou Gurgacz, autor do requerimento da sessão de homenagem.

A atualidade das reformas de base lançadas por Jango — reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária — foi outro ponto ressaltado na sessão.

— As reformas que ele encarnou continuam temas vivos, não resolvidos e não

arquivados pela história — disse Lupi, lendo discurso do senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

Já o senador José Medeiros (PPS-MT) realçou a importância do ex-presidente, lembrando o índice de 80% de apoio popular.

— Jango está vivo nos seus atos, história e exemplo — resumiu.

A sessão também contou com a presença do senador Hélio José (PSD-DF); do primeiro-vice-presidente do Congresso, deputado federal Waldir Maranhão (PP-MA); do ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias; do presidente do PDT no Distrito Federal, George Michel; e da filha do homenageado, Denize Goulart.

Aborto voluntário é tema de debate

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) faz hoje, às 9h, debate interativo sobre a interrupção voluntária da gravidez. A reunião servirá para instruir a Sugestão 15/2014, de iniciativa popular, que propõe projeto de lei para regulamentar o aborto voluntário feito pelo pelo Sistema Único de Saúde (SUS) até 12 semanas de gestação.

A proposta chegou ao Senado por meio do Portal e-Cidadania com o apoio de mais de 20 mil pessoas. Hoje o aborto só é autorizado quando a mulher é vítima de violência sexual, quando a gestação põe em risco sua vida ou quando o bebê é anencéfalo.

A sugestão de regulamentação prevê que todas as unidades do SUS devem estar preparadas para os procedimentos médicos para a interrupção

da gravidez. Além disso, as grávidas devem receber apoio psicológico e social de maneira a assegurar que elas tomem decisões conscientes.

Relator da sugestão, Magno Malta (PR-ES) lembra que, por ser um assunto delicado e polêmico, é necessário ouvir representantes de diferentes segmentos da sociedade civil. Ele propôs a realização de até cinco audiências para dar voz a todos. O senador também anunciou que não vai arquivar a proposta por causa de convicções pessoais contra o aborto.

— Eu até gostaria de ser convencido [sobre a legalização do aborto], embora ache muito difícil. Minha posição é clara, nunca escondi de ninguém. O que precisamos é botar luz nesse debate — disse.

Paulo Paim (PT-RS), que tam-

bém assinou o requerimento da audiência, admite que o tema é “superpolêmico” e exige ampla discussão:

— Vamos debater exaustivamente o ponto de vista da sociedade.

Entre os convidados, o secretário-geral do Conselho Federal de Medicina, Henrique Batista e Silva; a representante do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, Ana Maria Costa; a médica Elizabeth Kipman; e Rosângela Aparecida Talib, da ONG Católicas pelo Direito de Decidir.

ACOMPANHE E PARTICIPE

HOJE, às 9H

► Envie sua pergunta ou sugestão: <http://bit.ly/audienciainterativa>

► Portal e-Cidadania: www.senado.leg.br/ecidadania

► Alô Senado (0800 612211)

Projetos ampliam lista para isenção do Imposto de Renda

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pode aprovar hoje de forma definitiva dois projetos que concedem isenção de Imposto de Renda para pessoas físicas em casos específicos. Com pareceres favoráveis dos relatores, os textos são os destaques da pauta.

O primeiro é o PLS 315/2013, que amplia a lista de doenças cujos portadores têm direito a dispensa do IR sobre a aposentadoria. A isenção, concedida após parecer da medicina especializada, seria estendida para quem é acometido por doenças reumáticas, neuromusculares ou osteoarticulares crônicas ou degenerativas, como o lúpus eritematoso sistêmico, a esclerose lateral

amiotrófica, a osteoporose e a artrite reumatoide.

Já o PLS 22/2011 dispensa do pagamento de IR pessoas que sofreram prejuízos com desastres, quando caracterizada situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo governo federal. A proposta também isenta do Imposto Territorial Rural (ITR) o imóvel pequeno ou médio com atividade produtiva atingida por desastres.

Os relatores dos projetos são, respectivamente, os senadores Romero Jucá (PMDB-RR) e Alvaro Dias (PSDB-PR). As propostas terão análise final na comissão e, caso sejam aprovadas, poderão ser enviadas diretamente à Câmara sem passar pelo Plenário.

Alvaro destaca os 15 anos de vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal

Ao saudar os 15 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000), completados on-



tem, Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que a lei mudou o conceito de gestão pública no Brasil e que, sem ela, haveria dramática desorganização nas contas públicas. O senador explicou que a lei passou a exigir algo inédito no país: o respeito a limites de gastos

e endividamento dos governos. Ele criticou o governo federal: — Se esse conceito de gestão pública prevalecesse no governo Dilma, não estaríamos enfrentando um ajuste fiscal que é perverso para a sociedade, porque o governo busca arrancar recursos para tapar buracos abertos pela própria incompetência e irresponsabilidade de gestão.

Obras de infraestrutura são lançadas em Ariquemes, diz Acir Gurgacz

Programa de reaparelhamento que vai recuperar 100 quilômetros de asfalto do município de Ariquemes (RO) foi lançado ontem, informou no Plenário Acir Gurgacz (PDT-RO).

Ele disse que também foram lançadas outras obras importantes para a cidade, na qual serão investidos mais de R\$ 35 milhões somente na melhoria da infraestrutura urbana. O senador afirmou ainda que a

prefeitura comprou 23 novos ônibus escolares, o que vai permitir o fim da terceirização desse serviço no município.

Gurgacz lamentou não ter podido comparecer à cerimônia de lançamento das obras e de entrega de equipamentos à população da cidade, por causa da sessão solene promovida pelo Senado na manhã de ontem para homenagear o ex-presidente João Goulart.

Apesar de antigas, ferrovias não têm prioridade no Brasil, critica Hélio José

A malha ferroviária brasileira, inaugurada há 160 anos, tem hoje pouco mais de 30 mil quilômetros, dos quais apenas 10 mil são aproveitados. Essa falta de prioridade para as ferrovias dentro da matriz de transporte do país foi criticada por Hélio José (PSD-DF), em discurso que lembrou o Dia do Ferroviário, comemorado em 30 de abril. Para o senador, o



Brasil deveria ter feito a opção por esse modal, como outros países, já que é mais econômico, mais seguro e menos

poluente: — O desprestígio das ferrovias configura, num país com dimensões continentais, gravíssimo equívoco estratégico. Sofremos as consequências da opção pelas rodovias, que encarecem a produção — criticou.